

Apreciação comparativa dos repositórios institucionais das instituições federais de ensino superior atuantes na cidade do Natal: políticas, povoamento, estruturação

Alessandra Stefane Cândido Elias da Trindade

Graduanda em Biblioteconomia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: alessandra150196@hotmail.com

Judson Daniel Oliveira da Silva

Graduando em Biblioteconomia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: judsondaniel@hotmail.com

RESUMO:

Os repositórios institucionais são ferramentas virtuais voltadas à guarda, preservação e disseminação da produção científica, artística e cultural de uma instituição, têm em políticas institucionais um elemento balizador. Diante disso, objetiva-se realizar uma apreciação comparativa das políticas institucionais e dos modelos organizacionais dos repositórios institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), ambas, instituições federais de ensino superior atuantes na cidade do Natal. Aplicou-se metodologicamente *a priori*, revisão de literatura, obtida por meio de pesquisa bibliográfica, aliada a uma pesquisa documental, e a *posteriori* pesquisa descritiva, aliada ao método observacional, utilizando uma abordagem qualitativa para os dados, realizando um estudo de caso dos repositórios institucionais das organizações citadas. Conclui-se que as políticas institucionais que regulamentam os repositórios objeto de estudo apresentam diretrizes demasiadamente genéricas quanto à atividade de depósito, no caso da UFRN, e demasiadamente excludentes quanto às tipologias documentais a serem depositadas, no caso do IFRN. A análise de comunidades e coleções mostra que o repositório do IFRN tem por objetivo, além da disseminação da informação científica, a conservação da memória institucional.

Palavras-chave: Repositórios institucionais. Acesso livre. Políticas de informação.

ABSTRACT:

Institutional repositories are virtual spaces that guards, preserves, and disseminate scientific, artistic and cultural production of an institution and are establish through institutional politics. Thereat, the study goes to realize a comparative observation of Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) and Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN) Institutional Repositories, approaching institutional politics and organizational templates. Both organizations are federal universities in Natal city. Methodologically, was applied a priore literature review and documentary research, and a posteriori descriptive research, coupled with the observational method, using a qualitative approach. Conclude that institutional policies regulating the analyzed repositories have generic guidelines for deposit activities, in the UFRN case, and too exclusive regarding documentary typologies to be deposited, in the IFRN case. The communities' analysis shows that IFRN

repository aim, in addition to the dissemination of scientific information, the preservation of institutional memory.

Keywords: Institutional repositories. Open acces. Information politics.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, foram presenciados vários momentos, hoje marcos, em que a produção de informação sofreu um aumento considerável, um *boom* informacional. No século XX “ocorre o que Solla Price denominou: crescimento exponencial da produção científica, quando o campo científico se consolida como espaço privilegiado para o desenvolvimento econômico e social dos países” (FREIRE, 2007, p.9).

Bem sabemos que as universidades têm figurado, historicamente, como os grandes produtores de conhecimento científico. E no contexto do Brasil, políticas e programas públicos têm, desde o fim da primeira década dos anos 2000, direcionado maiores investimentos na Educação Superior que têm fomentado tal produção. Com isso, “a produção de conhecimento em grande escala no contexto das universidades aponta para a necessidade da disseminação e uso do conhecimento gerado” (LEITE; COSTA, 2006, p. 207).

Diante disso, aponta-se a construção de Repositórios Institucionais (RI) como meio de criar mecanismos de organização e disseminação da informação. Porém o processo de gerenciamento de RI envolve, além do uso de tecnologias eletrônicas de construção de bancos de dados e de mecanismos de busca, o estabelecimento de políticas que estabeleçam diretrizes quanto aos agentes e as tarefas do processo de entrada de dados, além de questões relativas à organização da informação.

O presente estudo tem por finalidade apresentar uma apreciação comparativa de políticas e de gestão de RI da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). No intuito de avaliar práticas em RI e contribuir com o *networking* entre as referidas instituições.

2 A IMPORTÂNCIA DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS PARA A

DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

Na década de 1960 surge a indústria da informação, com o objetivo de gerir e otimizar os fluxos informacionais, a qual é formada por editores científicos e publicadores científicos comerciais. Este setor é caracterizado pela execução de várias tipologias de “serviços de intermediação entre produtores e consumidores ou usuários de informação científica” (MARCONDES; SAYÃO, 2009, p. 11).

Devido ao caráter comercial deste fenômeno, a indústria da informação, o acesso à informação científica com alto rigor de confiabilidade, autoridade, atualidade, inovação, dentre outros aspectos valorativos, passa a ser algo dispendioso, o que representava uma barreira na construção do conhecimento científico, pois devido aos altos custos da informação científica as universidades de menor porte não conseguiam ter acesso a informações científicas com as características já mencionadas (LIMA, 2009; MARCONDES; SAYÃO, 2009).

Uma realidade contraditória, haja vista que em diversos países, como por exemplo, no Brasil, a grande parcela das pesquisas, por conseguinte os produtos científicos são produzidos em universidades, apoiados por agências de fomento e financiados com recursos públicos, devendo de igual modo ser de acesso livre.

Nesta perspectiva, surge o movimento de acesso livre à informação, *open access*, o qual apresenta uma lógica oposta ao fenômeno da indústria da informação, o *open access* retoma uma proposta que tem suas raízes no Iluminismo, qual é: o conhecimento produzido com insumos públicos ser disseminado, sendo acessado de maneira livre e pública (LIMA, 2009). Permitindo que o saber científico seja utilizado, apropriado, aperfeiçoado e propagado.

A internet e a Web tiveram uma grande importância para esta mudança, pois através delas se torna possível publicar e disseminar a informação científica com baixo custo, alcance global e em um curto espaço de tempo, utilizando das seguintes ferramentas: periódicos eletrônicos; RI; Biblioteca Digital de Tese e Dissertação (BDTD); Biblioteca Digital de Monografias (BDM); dentre outras (MARCONDES; SAYÃO, 2009).

O RI, plataforma foco deste trabalho, tem como finalidade ampliar a visibilidade da informação científica, artística e cultura, da organização que o mantém (LEITE; COSTA, 2006, p. 213; MARCONDES; SAYÃO, 2009, p. 9).

No Brasil, o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, lançado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em 13 de setembro de 2005, foi o primeiro desdobramento político nacional de um movimento internacional amplo de apoio ao livre acesso à informação científica (MARCONDES; SAYÃO, 2009, p. 9). Este documento consagrou o papel dos repositórios institucionais como peças fundamentais de um futuro sistema brasileiro de livre acesso à produção científica do país.

Os RI, desempenham um papel inédito no ciclo de comunicação científica, sendo hoje entendidos como elementos de uma rede ou infraestrutura informacional de um país ou de um domínio institucional destinados a garantir a guarda, preservação a longo prazo e, fundamentalmente, o livre acesso à produção científica de uma dada instituição (RIEGER, 2008 apud MARCONDES; SAYÃO, 2009, p. 9).

A construção desses espaços de disseminação da informação pode ser realizada com o uso dos seguintes softwares *open access*: DSpace; Eprints; Greenstone; Nou-Rau; Fedora; dentre outros. Porém, no que se refere a sua implantação encontramos dificuldades relativas ao processo de gestão desses ambientes informacionais (KURAMOTO, 2009, p. 204).

Outro ponto que deve ser observado é o depósito de documentos nos RI, pois o processo de entrada de dados tem se modificado, devido ao desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), as quais permitiram que o processo antes realizado por digitadores e por bibliotecários, posteriormente, seja realizado pelos autores ou indivíduos responsáveis pela alimentação do RI, os quais não são necessariamente informáticos ou bibliotecários (KURAMOTO, 2009).

Vale salientar que o depósito realizado pelo próprio autor, processo denominado autoarquivamento, pode implicar em problemas no povoamento do RI, haja vista que ficando a cargo do autor é necessário haver políticas sólidas que conscientizem, determinem e instruem a forma de execução desse processo, caso contrário o acervo do RI não crescerá da maneira esperada.

Nessa perspectiva Kuramoto (2009, p. 206) assevera que em “instituições de ensino superior onde foram estabelecidos mandatos ou políticas, tornando obrigatório o registro e depósito das teses e dissertações, as suas respectivas bibliotecas evoluíram e vêm crescendo”.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO

Salienta-se que o direito à informação é um direito universal, a Declaração Universal de Direitos Humanos já defende, desde a década de 1940, que “Todo ser humano tem direito [...] de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2009, p. 10).

Em âmbito nacional, afere-se que o direito à informação é um direito constitucional, a Constituição da República Federativa do Brasil institui que todos temos o direito de “receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade” (BRASIL, 1988¹).

Com o intuito de regulamentar o direito à informação, o poder público brasileiro tem implementado políticas para formalizar procedimentos que garantam o exercício do referido direito. Pode-se indicar como a gênese da regulamentação desses procedimentos, pelo menos em políticas públicas pós Constituição de 1988, a Lei Federal Nº 8.159/1991, que instaurou a política nacional de arquivos públicos e privados.

A referida lei garante o acesso público à: documentos privados, desde que identificado o interesse público e social apenas mediante autorização do proprietário (Artigo 14); documentos sob a guarda do Arquivo Nacional produzidos e recebidos no âmbito do Poder Executivo Federal (Artigo 18); documentos sob a guarda dos arquivos do Poder Executivo Federal (Artigo 19); e documentos sob a guarda dos arquivos do Poder Judiciário Federal (Artigo 20) (BRASIL, 1991).

Outro importante procedimento regulamentado pelas políticas públicas da década de 1990 foi o rito processual do *habeas data*, que é uma “ação para garantir o acesso de uma pessoa a informações sobre ela que façam parte de arquivos ou bancos de dados de entidades governamentais ou públicas” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, [20--?]²), essa ação também pode ser empreitada com intuito de corrigir informações pessoais registradas nesses arquivos ou bancos de dados (BRASIL, 1997). A regulamentação desse processo se deu através da Lei Federal Nº 9.507/1997.

¹ Texto disponível em meio eletrônico em formato *HyperText Markup Language* (HTML), com numeração de página inexistente.

² Texto disponível em meio eletrônico em formato HTML, com numeração de página inexistente.

Embora as Leis Federais 8.159 e 9.507 sejam reflexo do inciso XXXIII do Art. 5º da Constituição Federal, o referido dispositivo constitucional careceu de regulamentação própria até o ano de 2011. Essa regulamentação aconteceu através da Lei Federal Nº 12.527, também conhecida como Lei de Acesso a Informação (LAI), que dispõe sobre “os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações” (BRASIL, 2011). A referida lei instaura as seguintes diretrizes para o acesso à informação:

observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; desenvolvimento do controle social da administração pública (BRASIL, 2011³).

Diante dessas diretrizes, percebe-se que a LAI representa um importante marco para a garantia de direitos fundamentais no país, com esse marco “o Brasil dá mais um importante passo para a consolidação do seu regime democrático, ampliando a participação cidadã e fortalecendo os instrumentos de controle da gestão pública” (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2011, p. 4).

Além disso, o Decreto Nº 7.724/2012, que regulamenta a aplicação dos ditames da LAI aos órgãos do Poder Executivo Federal, incluindo tanto as entidades da administração pública direta, quanto das entidades da administração pública indireta, das quais se inclui as universidades e institutos de ciência federais, garante o acesso à informações relativas à: estruturas organizacionais e legislativas; programas, projetos e ações; repasses e transferências de recursos; execução orçamentária; processos licitatórios; remuneração e subsídios por ocupantes de cargos públicos; e autoridade de monitoramento dos procedimentos de acesso à informação. (BRASIL, 2012).

Contudo, a real aplicação da LAI depende da capacidade das organizações proprietárias e mantenedoras de estoques informacionais, de empreender procedimentos de gestão documental e de produzir mecanismos de disseminação da informação através das tecnologias de informação e comunicação, dentre os quais

³ Texto disponível em meio eletrônico em formato *HyperText Markup Language* (HTML), com numeração de página inexistente.

destacamos os repositórios digitais. A instauração de tais procedimentos e mecanismos depende inteiramente da homologação de políticas institucionais que os promovam e incentivem.

3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ACESSO ABERTO

Esta seção visa abordar as políticas institucionais de acesso aberto das instituições foco desta pesquisa, quais são: UFRN e IFRN.

3.1 POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO NO ÂMBITO DA UFRN

A produção e implementação de políticas institucionais, no âmbito da UFRN, que normalizam a disponibilização de informação Técnico-Científica no RI é de responsabilidade do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da instituição, um órgão com funções deliberativas, normativas e consultivas acerca de temáticas acadêmicas, pedagógicas, científicas e culturais, suas políticas são instituídas através de Resoluções.

O CONSEPE implementou três Resoluções quanto a políticas de informação relacionadas aos Repositórios Digitais da UFRN, a saber: a Resolução Nº 059/2010, de 13 de abril de 2010; a Resolução Nº 54/2014, de 11 de março de 2014; e a Resolução Nº 62/2015, de 05 de maio de 2015. Apresenta-se foco e escopo de tais Resoluções no Quadro 1.

Quadro 1 - Resoluções da CONSEPE que instauram a política de informação acerca dos repositórios digitais da UFRN

Resolução	Foco e Escopo
Nº 59/2010	Política de Informação institucional em matéria técnico-científica referente ao Repositório Institucional da UFRN.
Nº54/2014	Política de Informação institucional acerca de conteúdos informacionais de apoio à comunidade acadêmica com deficiências visuais armazenados e disponibilizados em Repositório Digital.
Nº 62/2015	Política de Informação institucional acerca da Biblioteca Digital de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação e Especialização.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A Política de Informação referente ao RI da UFRN, instaurada mediante a

Resolução Nº 59/2010 tem como objetivos suprir determinadas demandas institucionais, como: a necessidade de preservar e ampliar o acesso à produção técnico-científica da instituição; a necessidade de incentivar o intercâmbio de informação entre a UFRN e outras instituições de ensino superior; e acelerar o desenvolvimento das pesquisas e ampliação do acesso, visibilidade e recuperação da informação técnico-científica produzida no âmbito da UFRN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010).

A referida Resolução institui que as atividades inerentes à implementação e manutenção do RI da UFRN devem ser geridas por uma comissão formada por um representante de cada um dos seguintes órgãos: Pró-Reitoria de Pesquisa; Sistema de Bibliotecas da UFRN; Superintendência de Comunicação; Superintendência de Informática; e Departamento de Ciência da Informação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010).

A referida Política de Informação instaura também a obrigatoriedade do uso de ferramentas que possibilitem a interoperabilidade entre os sistemas de repositórios digitais nacionais e internacionais, definidos através do modelo *Open Archives*, na construção do RI da UFRN.

Com relação aos documentos que devem povoar as Comunidades e Acervos do RI, há a obrigação de depósito dos documentos técnico-científicos produzidos pelos colaboradores da instituição publicados em mecanismos de comunicação científica, com exceção daqueles que tenham restrições contratuais relativas aos direitos autorais, ou que impeçam expressamente o depósito em repositórios de acesso livre.

A Resolução Nº 54/2014, por sua vez, surge da necessidade de sistematizar e veicular eletronicamente os documentos digitalizados e adaptados para o formato acessível, no intuito de atender a comunidade acadêmica portadora de deficiências visuais com conteúdo informacional didático em formato digital (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2014).

A referida resolução instaura a construção de um Repositório Digital de Acessibilidade, intitulado de Repositório de Informação Acessível (RIA) da UFRN, implementado e gerido por uma comissão formada por um representante de cada um dos seguintes órgãos: Biblioteca Central Zila Mamede; Comissão de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais; e Superintendência de Informática.

Por ter suas comunidades e coleções povoadas por documentos cuja disponibilização, acesso e uso são regulamentados pela legislação de direito autoral, o acesso ao conteúdo disponibilizado pelo RIA deve ser feito apenas mediante cadastro prévio e autorizado pela comunidade acadêmica (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2014). Portanto, o RIA não consiste em um Repositório Digital de Acesso Aberto.

Quanto à Resolução Nº 62/2015, que surge diante das dificuldades de armazenamento de documentos institucionais, em face da insuficiência de espaço das unidades integrantes do Sistema de Bibliotecas da UFRN, instaura diretrizes quanto a implementação e manutenção da Biblioteca Digital de Monografias de Graduação e Especialização (BDM) da UFRN, ferramenta gerida por uma comissão constituída por representantes da Biblioteca Central Zila Mamede, da Pró-reitoria de Graduação, da Superintendência de Informática e das Bibliotecas Setoriais da UFRN. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2015).

Diante da referida política, o acesso aos documentos que devem povoar as comunidades e coleções da BDM devem ser disponibilizados em regime de acesso livre, nos contextos nacional e internacional. Além disso, devem ser construídos segundo as diretrizes do modelo *Open Archives*, possibilitando assim a interoperabilidade com outros sistemas de informação.

3.2 POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO NO ÂMBITO DO IFRN

O desenvolvimento e implementação de Políticas de Informação relativas ao desenvolvimento de RI é de responsabilidade do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPEX) do IFRN. Indica-se o Repositório Memória IFRN como o único repositório digital da instituição e destaca-se a Deliberação Nº 15 de 23 de março de 2015, como o único instrumento normativo que regulamenta as atividades relativas à implementação do Repositório Memória IFRN.

A referida Deliberação atribui as atividades de implementação e manutenção do Repositório a um comitê formado por um representante de cada um dos seguintes órgãos: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação; Pró-Reitoria de Ensino; Sistema de Bibliotecas do IFRN; e da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação.

Tal instrumento normativo estabelece que o povoamento das comunidades e coleções que compõem o Repositório Memória IFRN ocorra em caráter de

autoarquivamento, mediante as condições impostas por termo de autorização eletrônica. Além disso, destaca-se a obrigatoriedade do uso de ferramentas que possibilitem a interoperabilidade com sistemas de informação nacionais e internacionais, segundo os padrões definidos pelo modelo *Open Archives* (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2015).

As tipologias documentais indicadas ao depósito no Repositório Memória IFRN são limitadas aquelas consideradas resultado de pesquisas publicadas em veículos de comunicação científica, abrangendo artigos publicados em periódicos científicos, teses e dissertações, livros e capítulos de livros, e trabalhos apresentados em congressos científicos, com exceção àqueles que tenham restrições contratuais de direitos autorais que vetem o depósito do documento em repositórios de acesso aberto (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2015).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o alcance do objetivo do trabalho, empreendeu-se levantamento bibliográfico, pelo qual se buscou compreender os conceitos fundamentais das temáticas que envolvem RI. Além de pesquisa documental, pela qual se buscou elencar e descrever políticas públicas e institucionais de fomento ao acesso à informação e construção de RI. E por fim, se analisou ambos os repositórios institucionais, em caráter de pesquisa descritiva, aliada ao método observacional, por meio de uma abordagem qualitativa, realizando um estudo de caso (GIL, 1999; DIEHL; TATIM, 2006; SEVERINO, 2007).

Para tanto, realizou-se revisão de literatura, obtida por meio de pesquisa bibliográfica, que Segundo Gil (1999) “baseia-se em material e informação publicada e divulgada em livros, jornais, redes eletrônicas, ou seja, material disponível ao público em geral”, buscando compreender os conceitos fundamentais das temáticas que envolvem RI, aliada a uma pesquisa documental a qual utiliza como fonte de informação, materiais que não receberam ainda um tratamento descritivo, “que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da” (*idem*), buscando elencar e descrever políticas públicas e institucionais de fomento ao acesso à informação.

E por fim, uma análise dos repositórios, abordando as comunidades, subcomunidade e coleções, além de aspectos referentes ao povoamento destes,

valendo-se metodologicamente de uma pesquisa descritiva - descrição das características de determinada população, ou seja, estudar as características de um grupo - aliada ao método observacional - através da observação identificar fatores que determinam a ocorrência de fenômenos (GIL, 1999), utilizando uma abordagem qualitativa - interpretação de dados, capaz de “descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos” (DIEHL; TATIM, 2006, p. 52). Realizando um estudo de caso: “pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo” (SEVERINO, 2007, p. 121).

5 ANÁLISE DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL UFRN E MEMÓRIAS IFRN

Sabemos que os RI são organizados como espelhos das estruturas organizacionais das instituições, haja vista que suas comunidades, subcomunidades e coleções são baseadas no organograma da organização. Esta seção apresenta a análise dos repositórios institucionais, Repositório Institucional da UFRN e Memória IFRN, apresentando as suas comunidades, as subcomunidades e as coleções, mapeando as tipologias de documentos disponíveis/encontrados, dentre outras informações.

Ambos os repositórios foram estruturados no *software* DSpace, deste modo, faz-se necessário abordarmos a forma que os diretórios dos RI foram estruturados e hierarquizados, ou seja, como o DSpace entende e interpreta cada unidade administrativa da instituição. Segundo Jesus e Santos (2013) o DSpace apresenta dois tipos de estruturas, quais são: a) estruturas como unidades organizacionais; b) estruturas hierárquicas. As estruturas determinam a hierarquia, como pode ser observado no Quadro 2.

Apresentaremos segundo Jesus e Santos (2003) as características de cada diretório, do primeiro ao último nível hierárquico de conteúdo do Dspace, respectivamente:

Quadro 2 - Formas de Estrutura dos diretórios do RI no *software* DSpace.

ESTRUTURAS COMO UNIDADES ORGANIZACIONAIS			
Comunidades	Coleções		Item
Departamento	Grupo de pesquisa		Itens
Departamento	Tipo de item		Itens
Faculdade	Curso		Itens
ESTRUTURAS HIERARQUICAS			
Comunidades	Subcomunidades	Coleções	Item
Departamento	Subdepartamento	Grupo de pesquisa

Fonte: Jesus e Santos (2013).

As comunidades representam temas ou unidades administrativas, assim representam apenas a estrutura, não contém objetos. Cada comunidade agrupam subdepartamentos ou coleções, podem ser departamentos, laboratórios, centro de pesquisas e escolas, dentre outras. As subcomunidades, são similares as comunidades, representam unidades administrativas ou temas, subordinadas a outros, representam apenas a estrutura, não contém objetos.

As coleções são os locais onde os documentos são agrupados com alguma característica comum, ou seja, organizam o acervo. Toda coleção deve pertencer a uma comunidade ou subcomunidade, podem ser grupos de pesquisa, cursos ou tipos de itens - tipologias de documentos. Por fim, os itens, são um conjunto de descrições e objetos digitais, são depositados nas coleções, consiste em diversos campos descritivos aliados aos objetos digitais, que unidos formam uma unidade.

Diante do exposto daremos início a apresentação da análise. O Quadro 3, busca apresentar as comunidades, subcomunidades e coleções do Repositório Institucional da UFRN, por conseguinte quais são os critérios de organização da informação.

A fim de não repetirmos informações, por conseguinte tornar a apresentação dos dados coletados mais simples e objetiva utilizando dois símbolos para representar algumas informações, quais são respectivamente: a) x - inexistência do nível hierárquico; b) ** - organização, forma de apresentação, se dá conforme a tipologia de documento, quais podem ser: Livros e Capítulos de Livros, Artigo de Periódico, audiovisuais " vídeos", TCC de Graduação e Especialização, Dissertação e Tese, Trabalhos Apresentados em Eventos.

Quadro 3 - Organização hierárquica do repositório institucional da UFRN.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFRN		
Comunidades	Coleções ou Subcomunidades	Coleções
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)	Divisão por programas de pós-graduação, quais são 70	Cursos de pós-graduação do programa
Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM)	**	X
Centro de Biociências (CB)	Divisão por departamentos, quais são 10	**
Centro de Ciências da Saúde (CCS)	Divisão por departamento, quais são 15	**
Centro de Ciências Exatas e da Terra (CCET)	Divisão por departamento, quais são 8	**
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA)	Divisão por departamento, quais são 11	**
Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)	Divisão por departamentos, quais são 8	**
Centro de Educação (CE)	**	X
Centro de Ensino Superior do Seridó (CESS)	Divisão por departamentos, quais são 8	**
Centro de Tecnologia (C&T)	Divisão por departamentos, quais são 10	**
Editora da UFRN (EDUFRN)	**	X
Escola Agrícola de Jundiá (EAJ)	**	X
Escola de Ciências e Tecnologia (ECT)	**	X
Escola de Enfermagem de Natal (EE)	**	X
Escola de Música (EMUFRN)	**	X
Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte (EMCM)	**	X
Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FCST)	**	X

Instituto do Cérebro (ICE)	**	X
Instituto Metrópole Digital (IMD)	**	X
Núcleo de Educação Infantil (NEI)	**	X

Fonte: Dados da pesquisa (2016)⁴.

A partir do Quadro 3 percebemos que as comunidades do repositório são baseadas no organograma da instituição, seguindo a sua hierarquia, este princípio utilizado faz com que o repositório tenha muitos níveis hierárquicos e ramificações, além de algumas tipologias de documento estejam presentes em duas ou mais comunidades.

O Quadro 4, busca apresentar as comunidades, subcomunidades e coleções do Memória IFRN, por conseguinte quais são os critérios de organização da informação.

Para tornar a apresentação de dados mais simples, utilizamos dois símbolos para representar algumas informações, quais são respectivamente: a) x - inexistência do nível hierárquico; b) * - organização, forma de apresentação, se dá conforme áreas do conhecimento adotadas pelos IFRN: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes, Multidisciplinar.

Quadro 4 - Organização hierárquica do Memória IFRN.

MEMORIA IFRN		
Comunidade	Subcomunidades ou Coleções	Coleções
Editora IFRN	Capítulos de livros	X
	Livros	X
Eventos IFRN	X Congresso de Iniciação Científica do IFRN (CONGIC 2014)	*
	XI Congresso de Iniciação Científica do IFRN (CONGIC 2015)	*
Legislação e	CONSEPEX	x

⁴ Com base na análise do repositório institucional da UFRN.

Resoluções IFRN	CONSUP	x
Museu IFRN	Centenário do IFRN	x
	Museu do Minério	x
Produção científica	Artigo de periódico	*
	Livros e Capítulos de Livros	*
	Propriedade intelectual	Patentes
	Trabalhos de eventos	*
Produções Audiovisuais IFRN	Programas de TV	Educação em Pauta
		IFRN em Pauta
	Vídeo-aulas	x
Teses e Dissertações	Vídeos	x
	Teses e dissertações defendidas no IFRN	Divisão pelos cursos de mestrado, quais são 3
	Teses e dissertações defendidas fora do IFRN	x
Trabalhos acadêmicos e técnicos	Trabalho de conclusão de curso especialização	Divisão conforme os cursos, quais são 12
	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação	Todos os cursos de graduação, quais são 28
	Trabalhos de Conclusão de Curso Técnico	Todos os cursos técnicos, quais são 31

Fonte: Dados da pesquisa (2016)⁵.

⁵ Com base na análise do repositório institucional o IFRN

No Memória IFRN, a organização das informações/documentos difere do primeiro repositório analisado, pois busca agrupar arquivos similares quanto à forma - vídeo ou texto - e conteúdo - tese, patentes, dentre outras - oferecendo apenas um caminho para o usuário encontrar a informação, tornando este processo de busca mais dinâmico, devido os poucos níveis hierárquicos e ramificações.

No Repositório Institucional da UFRN encontramos um déficit de padronização na apresentação da informação em comunidade, subcomunidades e coleções, nos seguintes aspectos: a) rotulagem - pois em alguns casos há o nome por extenso, seguido ou não da sigla, em outros apenas a sigla; b) em alguns casos as subcomunidades e coleções apresentam imagens representando-as, possivelmente, isto pode ocorrer, porque cada unidade administrativa da instituição é responsável pela customização e manutenção do seu espaço no repositório, deste modo, pode-se aferir que o gerenciamento do repositório não é centralizado em uma única equipe.

No Memoria IFRN, isto não ocorre, podemos inferir que devido ao repositório ser gerido apenas por uma equipe. A análise das comunidades, subcomunidades e coleções mostra a dimensão do repositório e da instituição mantenedora.

Em ambos os repositórios existe comunidade, subcomunidades, e coleções sem documentos arquivados, o que apresenta uma falha na aplicação das políticas, e conseqüentemente nos processos de povoamento. O repositório foi fundado em 2010, da sua fundação aos dias hodiernos houve indubitavelmente a criação de produtos científicos os quais deveriam ter sido depositados no RI. O Quadro 5 apresenta alguns dados sobre os repositórios institucionais analisados e documentos disponibilizados por eles.

Quadro 5 - Dados sobre os dos repositórios institucionais e seus arquivos.

Ano de criação do RI	Arquivo mais atual	Arquivo mais antigo	Quant. de arquivos	Dados de estatística de uso	Tipologias de documentos disponíveis
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFRN					
2010	2016	1985	1.836	Visualização do repositório .834.568 Itens visualizados 4.79.338 Visualização de coleções 464.325 Visualização da	Livros e Capítulos de Livros, Artigo de periódico, TCC de Graduação e Especialização, Dissertação e Tese, Trabalhos

				Comunidade 40.796 Pesquisas realizadas 5.318.390	Apresentados em Eventos
Quadro 5 - Dados MEMORIA IFRN					
2015	2016	1920	592	Não apresenta	Legislações, Patentes, Livros e Capítulos de livros, Artigo de periódico, audiovisuais "vídeos", TCC de graduação, técnico e especialização, dissertação e tese, trabalhos apresentados em eventos

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Percebemos que o Repositório Institucional da UFRN é focado unicamente na disseminação da informação científica, enquanto o Memoria IFRN busca disseminar, promover e apresentar tanto produções científicas quanto administrativas produzidas pela instituição.

Embora ambas as instituições possuam um mecanismo de disseminação de informação científica, os RI, precisam rever aspectos relacionados à política de povoamento, em face da superficialidade do texto de suas resoluções, que não esclarece, nem determina, as atividades e agentes relativos ao processo de povoamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As iniciativas do acesso aberto permitiram a disseminação da informação de maneira ampla, uma maior visibilidade a informação científica. A disponibilidade de informação de livre acesso, principalmente no que se refere a repositórios digitais, proporciona o avanço das pesquisas científicas, possibilitando uma ciência do que se tem sido pesquisado na instituição pelos seus colaboradores.

No intuito de sintetizar os resultados obtidos com a análise das políticas de informação produzida no âmbito das duas instituições envolvidas na pesquisa, apresenta-se no Quadro 6 a organização das diretrizes apresentadas por cada instituição, segundo cinco indicadores quais são: gestão, referente à indicação dos profissionais que terão a responsabilidades de implementar e manter os repositórios;

softwares e interoperabilidade, referente à indicações acerca dos recursos e/ou padrões tecnológicos a serem utilizados; armazenamento/depósito, referente à especificações e esclarecimentos acerca do processo de povoamento das coleções dos RI; tipologias documentais, referente à indicações de tipos de documentos científicos que devem ser armazenados nos RI; e advocamento em prol do repositório, referente à políticas institucionais de incentivo ao depósito de documentos.

Quadro 6 - Apreciação comparativa da política de informação referente aos repositórios institucionais das instituições federais do Rio Grande do Norte.

Indicadores	UFRN	IFRN
Gestão	Comitê especializado definido	Comitê especializado definido
Softwares e interoperabilidade	Padrões definidos pelo modelo <i>Open Archives</i>	Padrões definidos pelo modelo <i>Open Archives</i>
Armazenamento / Depósito	Designação genérica: a comunidade acadêmica	Designação expressa: Autoarquivamento

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

(Continuação)

Quadro 6 - Apreciação comparativa da política de informação referente aos repositórios institucionais das instituições federais do Rio Grande do Norte.

Tipologias documentais	Pré e pós-prints de resultados de pesquisa consolidados disponíveis em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares	Artigos publicados, teses e dissertações, livros e capítulos de livros e trabalhos apresentados em congressos científicos
Advocamento em prol do repositório	Designação genérica de futuras estímulos ao depósito	Designação genérica de futuras estímulos ao depósito

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Nota-se a existência de claras semelhanças nos resultados obtidos nos indicadores *gestão*, *softwares e interoperabilidade*, e *advocamento em prol do repositório*. Quanto ao indicador armazenamento/depósito, nota-se que é expresso na Resolução Nº 59/2010 da UFRN o termo *comunidade acadêmica*, se referindo ao agente que deve realizar o depósito dos documentos no RI, ressalta-se que tal termo

é deveras abrangente, de modo que não se define de forma concisa se o processo se trata de autoarquivamento ou não. Ressalta-se que a referida resolução não esclarece o agente responsável pelo depósito, nem como se deve realizar este processo.

Quanto ao indicador *tipologias documentais*, a Deliberação Nº 15 de 23 de março de 2015 do IFRN não cita a possibilidade de depósito de *pré-prints* de documentos publicados nos meios de comunicação científica. Tal ausência pode restringir as coleções do RI àqueles documentos publicados unicamente em mecanismos de comunicação em regime de acesso aberto.

Diante do estudo empreendido, sugerem-se as seguintes modificações quanto às políticas que formalizam as atividades relacionadas aos RI: no contexto da UFRN, que se redija de forma mais clara as atividades relativas ao processo de depósito, indicação de que se expresse o termo autoarquivamento; no contexto do IFRN, se sugere a ampliação das tipologias documentais indicadas ao depósito, indica-se que se acrescente a posição da instituição quanto ao depósito de *pré-prints*; e, por fim, voltando-se a ambas instituições, se sugere a inclusão de maiores indicações quanto às políticas institucionais de advocamento em prol do repositório, possível indicação de políticas que incentivam a comunidade a realizar o depósito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm>. Acesso em: 27 maio 2016.

_____. Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 27 maio 2016.

BRASIL. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9507.htm>. Acesso em: 27 maio 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 27 maio 2016.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Organização das Nações Unidas. **Declaração universal dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: UNIC, 2009. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 27 maio 2016.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Acesso à informação pública: uma introdução à lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília: Controladoria-Geral da União, 2011. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacessoainformacao.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2016.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: Métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. A comunicação científica na ordem do dia. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.17, n.1, p.9-10, abr. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa sociais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Deliberação Nº 15, de 23 de março de 2015**. Natal, 2015. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consepex/deliberacoes/2015/deliberacao-no-15-2015/view>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

JESUS, Rodrigo Prado de; SANTOS, Vania. **Curso DSpace: desenvolvimento e administração de repositórios digitais**. São Paulo: Slide Share, 2013. 14 slides, color. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/royopa1/mdulo-02-estrutura-do-repositrio>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

KURAMOTO, Hélio. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In: SAYÃO, Luis et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 203-218. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 11, n. 2, p.206-219, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362006000200005>. Acesso em: 20 jun. 2016.

LIMA, Marcia Heloisa Tavares de Figueredo. Consequências do movimento pelo livre acesso - open access - e o direito à informação científica. In: SAYÃO, Luis et al. (Org.). In: **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 2019-230. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf
>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, Luis et al. (Org.). In: **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-21; Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf
>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Glossário Jurídico**. [S.l.: s.n.], [20--?]. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=H&id=156>>. Acesso em: 27 maio 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução Nº 54, de 11 de março de 2014**. Natal, 2014. Disponível em: <<https://sigrh.ufrn.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=1868847&key=f65d9bf543329505ef3c40272a3e6b2d&formato=pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. **Resolução Nº 59, de 13 de abril de 2010**. Natal, 2010. Disponível em: <<https://sigrh.ufrn.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=273208&key=2f9620ba4d454baeb0315a5ecdae5c76&formato=pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. **Resolução Nº 62, de 5 de maio de 2015**. Natal, 2015. Disponível em: <<https://sigrh.ufrn.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=2527189&key=51341e74a72115b87f605e2ed02fa220&formato=pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2016.